



AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.

CNPJ Nº 44.837.524/0001-07

MINISTÉRIO DE

PORTOS E

AEROPORTOS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Palavra da Administração

O ano de 2024 foi marcado por realizações extraordinárias da Autoridade Portuária de Santos (APS) que reafirmam o papel estratégico do Porto de Santos na economia nacional. Encerramos o ano com um recorde histórico na movimentação de cargas, alcançando 179,8 milhões de toneladas, um crescimento de 3,8% em relação a 2023. Destacamos o avanço expressivo na movimentação de contêineres, que atingiu a marca inédita de 5,4 milhões de TEU, um aumento de 14,7%, e o desempenho dos graneis sólidos que registraram resultados notáveis, impulsionados pelo crescimento de 17,8% no volume de açúcar exportado.

Além dos avanços operacionais, tivemos um desempenho financeiro excepcional. A APS encerrou 2024 com um lucro líquido recorde de R\$ 844,6 milhões, um aumento de 29,8% em relação ao ano anterior. A receita bruta chegou a R\$ 1,86 bilhão, enquanto a receita líquida operacional totalizou R\$ 1,64 bilhão, ambos com crescimento superior a 5%. O EBITDA atingiu R\$ 1,06 bilhão, com uma margem de 64,2%, evidenciando a eficiência da gestão e a solidez da administração portuária. Esses resultados refletem o impacto positivo das estratégias adotadas, incluindo melhorias operacionais e investimentos em infraestrutura.

Avançamos, também, na governança e no planejamento estratégico. Encaminhamos ao Ministério de Portos e Aeroportos a proposta de ampliação da poligonal do Porto Organizado, com a incorporação de 12,6 milhões de m² em quatro municípios, expandindo a área do porto em 162,4%. Essa iniciativa é um passo fundamental para atrair novos investimentos e fortalecer a integração porto-cidades.

Em sustentabilidade e transparência, a APS recebeu o Selo Ouro do Programa Nacional de Transparência Pública e se destacou no Anuário Época Negócios 2024, figurando entre as cinco principais empresas do setor de serviços no pilar ESG/Governança. Realizamos a III Jornada ESG do Porto de Santos e aderimos a importantes compromissos institucionais, como o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) nas Empresas Estatais Federais. Avançamos com o Manifesto ESG do Porto de Santos, com adesão de novos signatários e apoiadores e já apresentamos aos integrantes uma prévia da agenda para 2025.

Em relação às tarifas portuárias, implementamos descontos baseados em indicadores de eficiência e sustentabilidade, incentivando boas práticas entre os operadores portuários e armadores de navios de cruzeiro. Essas medidas reforçam nosso compromisso com a modernização e a sustentabilidade das operações.

No âmbito dos recursos humanos, realizamos um concurso público com mais de 25 mil inscritos, oferecendo 242 vagas para fortalecer nossa equipe e garantir a excelência na gestão portuária.

Nas operações portuárias, demos um passo importante na descarbonização do Porto de Santos, com a implantação do sistema Onshore Power Supply para rebocadores, que passaram a utilizar energia elétrica limpa fornecida pela Usina Hidrelétrica de Itatinga. Em inovação operacional, iniciamos o processo de contratação do sistema de gerenciamento de tráfego de navios (VTMIS), que garantirá maior segurança e eficiência ao tráfego marítimo.

Os investimentos públicos e privados efetuados em 2024 reforçam o compromisso da APS em transformar o Porto de Santos em um hub logístico de classe mundial, alinhado às demandas do mercado global e ao desenvolvimento sustentável da região.

Um dos pilares dessa transformação é a ampliação da Poligonal do Porto, que inclui melhorias nos acessos terrestres, rodoferroviários e aquaviários, além da integração do Porto com o Centro Histórico de Santos. Em 2024, entregamos a primeira fase do Parque Valongo, um marco que simboliza a revitalização da área mais antiga do Porto, agora aberta à população para lazer, cultura, entretenimento e, em breve, atividades de formação profissional.

Outro destaque foi o avanço no projeto do túnel que ligará Santos ao Guarujá, uma obra estratégica para a região da Baixada Santista. Realizamos, neste ano, três audiências públicas para aprimorar o projeto, discutindo impactos sociais, operacionais e ambientais e a previsão é licitar o projeto no próximo ano.

Demos, também, um passo crucial para o aprofundamento do canal de navegação para 16 metros, com a abertura de licitação para o derrocamento das rochas no canal de navegação, com estudos para atingir 17 metros. Essa iniciativa atende a uma demanda antiga do mercado e permitirá a atracação de navios de maior porte. Já a dragagem de aprofundamento dos berços de atracação entre os armazéns 12A e 20/21 foi concluída em agosto, garantindo maior eficiência operacional e capacidade para receber embarcações de grande calado.

No que se refere aos acessos terrestres, iniciamos os estudos para implantação da segunda etapa da Avenida Perimetral de Guarujá, obra incluída no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com investimentos de R\$ 500 milhões. Esse projeto será vital para a expansão do Porto na margem esquerda e para a integração com o túnel Santos-Guarujá.

Já a Usina Hidrelétrica de Itatinga, após 114 anos de operação, conquistou sua Licença Ambiental de Operação de Regularização, abrindo caminho para uma PPP que visa modernizar suas instalações, aumentar sua capacidade de geração e explorar o potencial turístico do local.

Quanto à área denominada STS08, a APS realizou audiência pública para obter contribuições para o certame licitatório para seu arrendamento, a fim de atender à armazenagem e distribuição de graneis líquidos, visto que cerca de 40% dos insumos e matérias-primas da indústria química nacional passam pelo Porto de Santos.

O setor privado também desempenha um papel fundamental no crescimento do porto. A Cofco International avança na construção do terminal STS11, com previsão de inauguração em 2025, otimizando o escoamento de grãos. Já a Suzano, líder mundial na produção de celulose, inaugurou o Terminal 32, ampliando sua capacidade de exportação pelo Porto de Santos. Esses projetos reforçam a importância do Porto como elo estratégico para o agronegócio e a indústria nacional.

A inauguração do viaduto de transposição da linha férrea no cluster de celulose, pela Eldorado, com investimentos de R\$ 139 milhões, trouxe maior fluidez e segurança ao tráfego rodoviário e ferroviário na região.

Por fim, com o objetivo de ampliar a capacidade de movimentação de cargas, a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) deu início às ações na malha ferroviária interna do porto para aumentar sua capacidade de 51 milhões para 115 milhões de toneladas por ano.

Todos esses avanços são resultado de um diálogo permanente com a comunidade portuária, autoridades locais e parceiros privados.

Para 2025, seguimos com metas ambiciosas. O investimento federal de R\$ 12 bilhões na Baixada Santista impulsionará obras essenciais, como o túnel Santos-Guarujá, a ampliação das vias perimetrais, o aprofundamento do canal de navegação, a revitalização do Centro Histórico de Santos com o Parque Valongo, entre outros.

Planejamos a transferência do terminal de cruzeiros para o Parque Valongo, promovendo o turismo e a economia local. A destinação do cais do Valongo como ponto de movimentação de passageiros, é um desejo antigo da Prefeitura de Santos, que busca integrar este segmento do Porto aos projetos de reurbanização do Centro Histórico, reforçando o compromisso com o desenvolvimento urbano e a valorização da região.

Além disso, seguimos com a agenda de modernização dos acessos ao porto, que somadas à viabilização, pelo Governo do Estado de São Paulo, da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes são essenciais para suportar o crescimento da movimentação de cargas.

Quanto ao leilão do terminal Tecon Santos 10, a previsão do Governo Federal é lançar o certame licitatório no próximo ano. Com previsão de 4,5 bilhões em investimentos e capacidade para movimentar 3,5 milhões de contêineres por ano, esse terminal praticamente dobrará a capacidade atual para cargas containerizadas no complexo portuário.

A instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é outra prioridade, visando a atração de novas indústrias e a geração de empregos qualificados. Nossa expansão é urgente e deve ocorrer de forma integrada, garantindo não apenas eficiência logística, mas também respeito ao desenvolvimento urbano e social.

Esse cenário nos mostra que o Porto de Santos vive um momento histórico de transformação. O compromisso da APS é garantir que esse crescimento ocorra de forma planejada, sustentável e em harmonia com as cidades que o cercam. Seguimos firmes na missão de tornar o Porto de Santos uma referência global em eficiência, inovação e responsabilidade socioambiental, impulsionando o desenvolvimento do Brasil e consolidando nossa posição como o maior e mais competitivo complexo portuário da América do Sul.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e autoridades que contribuíram para esses resultados. Juntos, seguiremos construindo um futuro ainda mais promissor para o Porto de Santos e para o país.

Obs: A íntegra do Relatório da Administração da APS encontra-se disponível no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<u>3.615.760</u>	<u>2.963.992</u>	Circulante		<u>683.304</u>	<u>655.096</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	3.334.438	2.250.895	Benefícios a empregados.....	15	148.128	127.651
Contas a receber de clientes, líquidas	6	65.532	81.457	Fornecedores e prestadores de serviços	16	34.871	29.684
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas.....	7	177.172	546.462	Impostos e contribuições.....	17	31.494	23.543
Créditos tributários	8	35.278	81.829	Juros sobre capital próprio e dividendos.....	24.3	200.586	154.534
Estoques.....	-	503	436	Obras efetuadas por arrendatários.....	18	25.144	23.989
Outros créditos	11	2.837	2.913	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	131.957	189.273
				Termo de ajustamento de conduta - TAC	20	22.756	-
				Receita diferida.....	22	62.919	62.918
				Outras obrigações	21	25.449	43.504
Não Circulante		<u>2.371.987</u>	<u>2.499.457</u>	Não Circulante		<u>2.237.461</u>	<u>2.562.629</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>625.416</u>	<u>881.272</u>	Benefícios a empregados.....	15	530.487	745.851
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas.....	7	329.255	573.239	Obras efetuadas por arrendatários.....	18	27.239	49.977
Créditos tributários	8	8.695	8.085	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	202.405	202.503
Depósitos judiciais.....	10	157.962	130.664	Termo de ajustamento de conduta - TAC	20	51.041	75.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.1	128.930	168.479	Receita diferida.....	22	1.426.289	1.489.209
Partes relacionadas.....	9.1	107	107				
Outros créditos	11	467	698				
				Patrimônio Líquido		<u>3.066.982</u>	<u>2.245.724</u>
				Capital social	24.1	1.207.276	1.207.276
				Reserva legal.....	24.2	118.325	76.097
				Reserva de retenção de lucros.....	24.4	1.088.951	853.541
				Reserva de dividendos adicionais propostos	24.5	366.345	-
				Outros resultados abrangentes	24.6	286.085	108.810
Imobilizado.....	12	<u>1.740.440</u>	<u>1.610.910</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.987.747</u>	<u>5.463.449</u>
Intangível.....	13	<u>6.131</u>	<u>7.275</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>5.987.747</u>	<u>5.463.449</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	notas	2024	2023
Receita líquida	26	1.644.560	1.558.717
Custo dos produtos e dos serviços	27	(437.927)	(385.099)
Lucro bruto		1.206.633	1.173.618
Outras receitas (despesas) operacionais		(150.588)	(356.515)
Despesas administrativas e gerais	28	(232.331)	(323.553)
Outras receitas operacionais	29	132.913	75.082
Outras despesas operacionais	30	(51.170)	(108.044)
Resultado operacional		1.056.045	817.103
Resultado financeiro		241.948	228.511
Receitas financeiras	31	310.564	316.112
Despesas financeiras	31	(68.616)	(87.601)
Resultado antes dos tributos		1.297.993	1.045.614
Imposto de renda e Contribuição Social		(402.500)	(357.292)
Corrente	32.2	(362.951)	(217.262)
Diferido	32.2	(39.549)	(140.030)
Participação nos lucros	15.1.1 e 15.1.2	(50.924)	(37.651)
Lucro líquido do período		844.569	650.671
Lucro básico por lote de mil ações	25	1,00	0,85

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro líquido do período		844.569	650.671
Ganhos (perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido	15.2	180.689	(48.782)
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde	15.2	2.479	(291)
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias	15.2	(5.893)	(3.805)
Resultado abrangente		1.021.844	597.793
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DETALHE	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	1.992.408	1.841.813
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	943.553	1.038.388
Arrendamentos operacionais e aluguéis	1.051.738	809.829
Reversão (Perdas) de crédito esperadas	(4.932)	(6.251)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	2.049	(153)
Insumos adquiridos de terceiros	(388.160)	(510.092)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(226.290)	(183.190)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(20.169)	(16.298)
Outros custos	(141.701)	(310.604)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.604.248	1.331.721
Depreciação e amortização	(53.568)	(52.258)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.550.680	1.279.463
Valor adicionado recebido em transferência	310.564	316.112
Receitas financeiras	310.564	316.112
Valor adicionado a distribuir	1.861.244	1.595.575
Distribuição do valor adicionado	1.861.244	1.595.575
Pessoal	273.790	239.865
Remuneração direta	180.171	166.383
Benefícios	24.426	19.646
FGTS	14.700	13.179
Honorários da diretoria	3.569	3.006
Participação nos lucros	50.924	37.651
Tributos	678.446	621.535
Federais	630.028	570.933
Estaduais	3.651	5.531
Municipais	44.767	45.071
Remuneração de capitais de terceiros	64.439	83.504
Despesas financeiras	54.175	72.901
Aluguéis	10.264	10.603
Remuneração de capitais próprios	844.569	650.671
Juros sobre capital próprio e dividendos	200.586	154.534
Dividendos adicionais propostos	366.345	-
Lucros retidos	277.638	496.137
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2022	996.168	161.688	43.563	-	389.938	-	1.591.357
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	211.108	-	-	-	-	-	211.108
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	650.671	650.671
Reserva de Retenção de lucros, conforme orçamento de capital	-	-	-	389.938	(389.938)	-	-
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	(48.782)	-	-	-	-	(48.782)
Outros resultados abrangentes - plano de saúde	-	(291)	-	-	-	-	(291)
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias	-	(3.805)	-	-	-	-	(3.805)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	32.534	463.603	-	(496.137)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(154.534)	(154.534)
SALDOS EM 31/12/2023	1.207.276	108.810	76.097	853.541	-	-	2.245.724
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	844.569	844.569
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	180.689	-	-	-	-	180.689
Outros resultados abrangentes - plano de saúde	-	2.479	-	-	-	-	2.479
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias	-	(5.893)	-	-	-	-	(5.893)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	42.228	235.410	-	(277.638)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(200.586)	(200.586)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	366.345	(366.345)	-
SALDOS EM 31/12/2024	1.207.276	286.085	118.325	1.088.951	366.345	-	3.066.982
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	844.569	650.671
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização	53.568	52.258
- Provisão (reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment	-	180
- Valor residual de ativos baixados	134	167
- Reversibilidade de bens de arrendamentos/doações	(125.333)	(70.919)
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias	(57.415)	(124.214)
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa	4.932	6.250
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	(14.050)	(39.185)
- Outras provisões	4.452	66.477
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego	17.968	27.930
- Apropriação de receitas diferidas	(62.919)	(62.919)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados	7.627	24.420
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.549	140.030
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber de clientes, líquidas	661.711	(279.914)
Créditos tributários	47.007	(81.608)
Partes relacionadas	-	165
Depósitos judiciais	(27.298)	(15.901)
Outros ativos	414	451
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	19.237	31.677
Impostos e contribuições	7.954	570
Benefícios a empregados	(81.716)	(89.330)
Obras efetuadas por arrendatários	(21.584)	(21.574)
Receita diferida	-	355.212
Outros passivos	(23.799)	5.937
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	1.295.008	576.833
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(56.552)	(20.119)
Aquisição de intangíveis	(379)	(2.101)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(56.931)	(22.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(154.534)	(129.979)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(154.534)	(129.979)
Total dos fluxos de caixa	1.083.543	424.634
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.083.543	424.634
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.250.895	1.826.261
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.334.438	2.250.895
Transações que não envolveram caixa:		
- Aumento de capital	-	211.108
- Adições ao Imobilizado por reversibilidade de bens e doação	125.333	70.919
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		



BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de reais)

1 - Base de cálculo		2024			2023		
Receita líquida (RL)		1.644.560			1.558.717		
Resultado operacional (RO)		1.056.045			817.103		
Folha de pagamento bruta (FPB)		180.477			152.950		
2 - Indicadores sociais internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		12.723	7,05%	0,77%	11.366	7,43%	0,73%
Encargos sociais compulsórios		62.933	34,87%	3,83%	57.275	37,45%	3,67%
Previdência privada		16.001	8,87%	0,97%	14.847	9,71%	0,95%
Saúde		3.710	2,06%	0,23%	3.446	2,25%	0,22%
Segurança e medicina no trabalho		116	0,06%	0,01%	36	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....		3.142	1,74%	0,19%	933	0,61%	0,06%
Creches ou auxílio - creche		754	0,42%	0,05%	299	0,20%	0,02%
Participação nos lucros/resultados		50.924	28,22%	3,10%	37.652	24,62%	2,42%
Transporte		180	0,10%	0,01%	170	0,11%	0,01%
Bolsa/estágio		1.388	0,77%	0,08%	1.414	0,92%	0,09%
Outros		2.595	1,44%	0,16%	1.742	1,14%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos		154.467	85,59%	9,39%	129.180	84,46%	8,29%
3 - Indicadores sociais externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura		2.530	0,24%	0,15%	812	0,10%	0,05%
Esporte		350	0,03%	0,02%	415	0,05%	0,03%
Outros		3.000	0,28%	0,18%	1.284	0,16%	0,08%
Total das contribuições para a sociedade		5.880	0,56%	0,36%	2.511	0,31%	0,16%
Tributos (excluídos encargos sociais)		595.192	56,36%	36,19%	438.468	53,66%	28,13%
Total - Indicadores sociais externos		601.071	56,92%	36,55%	440.979	53,97%	28,29%
4 - Indicadores ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa		1.786	0,17%	0,11%	795	0,10%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente		1.786	0,17%	0,11%	795	0,10%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa							
() não possui metas		() cumpre 51% a 75%		() não possui metas		() cumpre 51% a 75%	
() cumpre de 0 a 50%		(x) cumpre 76% a 100%		() cumpre de 0 a 50%		(x) cumpre 76% a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período		806				809	
Nº de admissões durante o período		24				21	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		865				966	
Nº de estagiários(as)		60				70	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		458				427	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		121				122	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		17,84%				17,47%	
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa		212				203	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		4,20%				3,93%	
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais		4				4	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			2024		Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração		19,99			-		
Número total de acidentes de trabalho		5			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna		(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa		() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)		Na empresa 41	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas		Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir		em 2024: 1.861.244		em 2023: 1.595.575			
Distribuição do valor adicionado		36,45% governo; 10,78% acionistas;	14,71% empregados(as); 3,46% terceiros; 34,60% retido	38,95% governo; 9,69% acionistas;	15,03% empregados(as); 5,23% terceiros; 31,10% retido		

NOTAS EXPLICATIVAS
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Autoridade Portuária de Santos S/A – APS , doravante denominada “Companhia”, é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União e com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social. Eventos Relevantes a) Convênio de Descentralização A UNIÃO, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos e a APS tendo em vista o disposto no art. 12º, alínea “f”, da Portaria MPOR nº 567, de 26 de novembro de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 50020.008663/2024-98, celebraram o Convênio de Descentralização nº 002/2024, tendo como objeto a descentralização da administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí à APS. A APS exercerá a administração e exploração do Porto de Itajaí e as funções de autoridade portuária, descritas no art. 17, da Lei nº 12.815, de 2013. O Convênio de Descentralização terá vigência de 1 (um) ano contado a partir de 02 de janeiro de 2025, prorrogável, desde que haja conveniência das partes. b) Nova tabela tarifária A vigência de uma nova estrutura tarifária iniciou-se em 01/04/2022. A partir de 20/04/2022, a Companhia foi obrigada a interromper a vigência da Tabela I dessa nova estrutura tarifária para os associados de entidade de classe que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Nesse contexto, a Companhia acionou o judiciário e foi concedida liminar, através da 1ª Vara Federal de Santos, para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados referente à Tabela I, da nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. O montante dos depósitos judiciais em 31/12/2024 é de R\$ 349.813.	c) Contratos de arrendamento – reequilíbrio econômico-financeiro A Companhia tomou conhecimento dos acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de reequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, e se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos –SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise conforme detalhado a seguir: - T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES/31.98 – Acórdão 625-2022; - ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES/41.97 – Acórdão 651-2022; Em relação ao Acórdão 301-2022/ANTAQ referente ao contrato de arrendamento PRES/28.98 celebrado com Ecoporto Santos S.A. o mesmo foi encerrado em 12/06/2023, com a evolução dos fatos abaixo discriminados: Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferido de ofício, medida cautelar para a suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A, e as Portarias DIPRE 209.2023, de 01/12/2023 e 084.2024, de 05/06/2024, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogaram por 180 dias a medida cautelar. Em 02/12/2024, foi celebrado com a Ecoporto o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2024, com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, ou quando se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro. 2. BASE DE APRESENTAÇÃO As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) emitidos pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.
---	--



As informações financeiras são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2024 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As informações financeiras contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2024 e sua divulgação foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12/02/2025.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas.

4. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS CRÍTICOS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são:

4.1. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de impairment

Uma UGC representa um menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Essa definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas UGCs em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa 15.2.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão, complementação de aposentadorias e os de assistência médica dependem de premissas financeiras e demográficas.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

4.3. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada e na essência levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores e precedentes da jurisprudência de casos semelhantes.

A probabilidade de saída de recursos resultante das decisões judiciais, bem como, de alterações no conjunto de provas pode ser diferente das análises efetuadas. As informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

4.4. Tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

4.5. Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	10.614	11.183
Aplicações financeiras de curto prazo	3.323.824	2.239.712
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.334.438	2.250.895

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução do BACEN nº 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Natureza e Rentabilidade	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento - BB ⁽¹⁾	2.320.912 84,5% do CDI	1.095.511 101% do CDI
Fundo de investimento - CEF ⁽¹⁾	1.002.912 84,6% do CDI	1.144.201 101% do CDI
Total	3.323.824	2.239.712

⁽¹⁾ Rentabilidade média acumulada

Os fundos de investimentos de renda fixa, extramercado, têm política de investimentos de possuir a carteira composta por títulos públicos federais e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), com resgate diário e exposto ao risco das variações das taxas prefixadas e/ou pós fixadas. Os fundos destinam-se a acolher investimentos de entidades públicas da administração direta, empresas públicas, autarquias, fundações públicas e demais entidades congêneres.

Prática contábil: Equivalentes de caixa, são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo seu valor de realização.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES. LÍQUIDAS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber – Circulante		
Contas a receber, a vencer	62.556	78.665
Contas a receber, vencidos até 360 dias	2.976	2.792
Total Contas a Receber – Circulante	65.532	81.457
Contas a Receber – Não Circulante		
Contas a Receber	17.975	9.746
Contas a Receber - recuperação judicial	15.275	18.573
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾	(33.250)	(28.319)
Total Contas a Receber – Não Circulante	-	-

⁽¹⁾ Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), baseadas em estudo do *Aging List*, em conformidade com o Normativo interno da Companhia, também estão incluídas empresas em recuperação judicial.

Movimentação da PECLD	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(28.319)	(22.258)
(+) Adições	(4.931)	(6.162)
(-) Reversões	-	101
Saldo final	(33.250)	(28.319)

Prática contábil: Contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia. O Contas a receber é mensurado pelo custo amortizado. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

7. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

Valores a receber decorrentes de contratos de arrendamentos, em vigência, para os quais as empresas nos processos de leilão e/ou renovação efetuaram ofertas de valores de outorga pela oportunidade do negócio e serão pagos conforme cronograma previsto em cada instrumento contratual disponível em https://intranet.portodesantos.com.br/lei_acesso/proaps.asp

Arrendatários	Contrato	31/12/2024	31/12/2023
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	06/2022	297.232	468.568
Bracell SP Celulose (STS14A)	05/2020	101.469	144.843
Eldorado Brasil S/A (STS14)	04/2020	100.793	142.868
Cofco International (STS11)	08/2022	6.933	8.210
Brasil Terminal Portuário S/A - BTP	DP/24.2001	-	355.212
Total de direitos contratuais - Outorgas		506.427	1.119.701
Circulante		177.172	546.462
Não Circulante		329.255	573.239

Prática contábil: Registro contábil efetuado pelo valor ofertado no leilão com a contrapartida em receita diferida no passivo. Após o registro inicial, o valor do ativo é atualizado monetariamente pela variação do índice de reajuste previsto no contrato.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL pagos a maior ⁽¹⁾	8.695	8.085
Impostos retidos sobre faturamento	99	113
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	35.179	81.716
Total	43.973	89.914
Circulante	35.278	81.829
Não Circulante	8.695	8.085

⁽¹⁾ Pagamento a maior de IRPJ e CSLL, com solicitação de pedido de restituição através de PER/DCOMP, em análise pela Receita Federal, correspondente a fato gerador da competência dezembro/2018. O valor é atualizado monetariamente pela variação da taxa Selic.

9. PARTES RELACIONADAS

A empresa possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas revisada no mínimo anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração como parte integrante do conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua na estrutura organizacional da Companhia. As transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, conduzidas no melhor interesse da Companhia, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e as condições dos serviços devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: as informações envolvendo transações com partes relacionadas devem ser divulgadas de forma íntegra, clara e objetiva nas demonstrações financeiras;
- Equidade: tratamento justo e equilibrado nas transações, com imparcialidade e respeito aos direitos das partes envolvidas;
- Comutatividade: as transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

Considera-se que uma pessoa está relacionada com a Companhia, quando essa ou um membro próximo de sua família:

- tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
- tiver influência significativa sobre a Companhia;
- for membro do pessoal chave da administração da Companhia.

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Companhia, quando essa entidade:

- controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); tiver influência significativa sobre a Companhia; tiver controle conjunto sobre a Companhia;
- for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
- se as Companhias estiverem sob o controle conjunto de uma terceira entidade;
- for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada;
- for um plano de benefícios pós-emprego cujos beneficiários são os empregados da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD é responsável por avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como pela evidênciação dessas transações.

9.1. Saldos com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	31/12/2024	31/12/2023
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	7
Ministério do Trabalho e Emprego	92	92
Ministério dos Transportes	8	8
Total	107	107

Atualmente não há funcionários cedidos para outros órgãos.

9.2. Membros chave da administração da empresa

A nota explicativa 33.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional) e da Prefeitura Municipal de Santos percebem a mesma remuneração dos demais integrantes dos referidos Conselhos.

9.3. Saldos com transações com fundos de previdência

A Companhia é patrocinadora de planos de previdência nas modalidades de benefício definido e contribuição definida, gerenciados respectivamente pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social e BB Previdência. As transações resultaram nos seguintes saldos:

	31/12/2024	31/12/2023
PORTUS - Instituto de Seguridade Social	524.831	730.194
BB Previdência	921	697
Total	525.752	730.891
Circulante	49.893	46.665
Não Circulante	475.859	684.226

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	125.383	104.794
Cíveis	30.758	24.273
Tributários	1.821	1.597
Total	157.962	130.664

Prática contábil: Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e a atualização registrada à receita financeira e os saldos conciliados com os registros das instituições financeiras depositárias.

11. OUTROS CRÉDITOS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	1.597	1.754
Adiantamento de férias	1.079	969
Sinistros cobertos por apólice	191	406
Bens destinados à alienação	248	234
Cobrança Plano de Saúde	189	228
Diversos	-	20
Total	3.304	3.611
Circulante	2.837	2.913
Não Circulante	467	698

⁽¹⁾ Apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R\$ 1.291 (R\$ 1.454 em 31/12/2023) e de apólices de seguro R\$ 306 (R\$ 300 em 31/12/2023).



12. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual depreciação	Custo	31/12/2024		Custo	31/12/2023	
			Depreciação Acumulada	Valor Contábil		Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	9.056	(7.024)	2.032	8.803	(7.382)	1.421
Veículos	10%	1.312	(1.092)	220	1.383	(982)	401
Máquinas Motores e Aparelhos	5% a 25%	20.498	(17.911)	2.587	19.154	(18.057)	1.097
Equipamentos Diversos	5% a 33%	9.174	(3.787)	5.387	6.960	(3.453)	3.507
Outros Bens Móveis	5% a 10%	833	(731)	102	856	(734)	122
Equipamentos de Informática	10% a 20%	54.882	(44.666)	10.216	53.414	(42.830)	10.584
Edifícios	2% a 7%	123.646	(22.348)	101.298	44.560	(20.834)	23.726
Instalações	1,43% a 20%	866.828	(193.744)	673.084	865.109	(181.226)	683.883
Obras em Andamento	-	101.216	-	101.216	77.435	-	77.435
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3% a 25%	40.662	(12.261)	28.401	17.656	(14.694)	2.962
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 25%	118.615	(91.907)	26.708	101.277	(90.548)	10.729
Vias de acesso Terrestre	1,43% a 7%	342.139	(155.430)	186.709	331.334	(137.797)	193.537
Infraestrutura Terrestre	1,43% a 5%	46.487	(33.408)	13.079	46.296	(32.008)	14.288
Dragagem de Aprofundamento	-	121.857	-	121.857	108.238	-	108.238
Outras Obras Portuárias	1,43% a 7%	664.223	(196.708)	467.515	664.223	(185.272)	478.951
Total		2.521.457	(781.017)	1.740.440	2.032	(735.817)	1.610.910

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2023	Aquisições (1)	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2024
Mobiliário em Geral	1.421	898	(17)	(266)	(4)	2.032
Veículos	401	-	-	(181)	-	220
Máquinas Motores e Aparelhos	1.097	1.744	(33)	(219)	(2)	2.587
Equipamentos Diversos	3.507	2.287	-	(405)	(2)	5.387
Outros Bens Móveis	122	-	(4)	(16)	-	102
Equipamentos de Informática	10.584	3.377	(28)	(3.711)	(6)	10.216
Edifícios	23.726	79.206	(34)	(1.600)	-	101.298
Instalações	683.883	1.803	(12)	(12.590)	-	673.084
Obras em Andamento	77.435	24.207	-	-	(426)	101.216
Terrenos	29	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.962	26.353	-	(755)	(159)	28.401
Bens Imóveis para Fins Industriais	10.729	17.394	(6)	(1.409)	-	26.708
Vias de acesso Terrestre	193.537	10.805	-	(17.633)	-	186.709
Infraestrutura Terrestre	14.288	192	-	(1.401)	-	13.079
Dragagem de Aprofundamento	108.238	13.619	-	-	-	121.857
Outras Obras Portuárias	478.951	-	-	(11.436)	-	467.515
Total	1.610.910	181.885	(134)	(51.622)	(599)	1.740.440

(1) Na coluna aquisições está incluída a importância de R\$ 125.333 correspondente a reversibilidade de bens oriunda do contrato de arrendamento nº DP/56.2002 que se encerrou. Os bens foram avaliados, a preço de mercado, e passaram a integrar o ativo imobilizado da APS em razão da reversão de bens prevista em cláusula contratual.

Prática contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, compreendendo também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade no ativo imobilizado.

12.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade no ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa - UGC, assim denominadas:

• Sistema Porto

Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitação com a celebração de instrumentos contratuais;

• SEP (Sistema Elétrico de Potência)

Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica - geração, transmissão e distribuição - através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertiooga;

• Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A Companhia efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

• basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;

• basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e

• estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

A Wacc foi definida em 9,92% a.a., conforme Acórdão ANTAQ nº 329 de 30/05/2022. Em função do modelo estar em termos nominais, foram adicionados 3,79% de inflação, totalizando Wacc de 14,09% a.a.

A seguir está apresentado o resultado do teste de valor recuperável dos ativos, por Unidade Geradora de Caixa – UGC:

Demonstração do resultado do teste de Impairment					31/12/2024
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização		Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.730.137	(i)	-		1.730.137
Sistema elétrico de potência - SEP	5.254	(ii)	(5.254)		-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	10.303		-		10.303
Total imobilizado líquido	1.745.694	-	-		1.740.440

					31/12/2023
UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização		Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.597.919	(i)	-		1.597.919
Sistema elétrico de potência - SEP	6.260	(ii)	(6.260)		-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	12.991		-		12.991
Total imobilizado líquido	1.617.170	-	(6.260)		1.610.910

(*) valor recuperável é o valor em uso

Movimentação das contas do SEP -Impairment

Saldo inicial

(+) Adições

(-) Depreciação - impairment

Saldo final

R\$ mil

6.260

-

(1.006)

5.254

(i) Sistema Porto

Em linha com a norma NBC TG 01 (R4), a Companhia efetuou análise da recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia, baseada na performance dos últimos anos, apurou que não há indícios para a elaboração de teste de impairment.

(ii) SEP (Sistema Elétrico de Potência)

A Companhia efetuou a análise destes ativos e, como não há indícios de recuperabilidade dos valores dos mesmos, a provisão para perda de recuperabilidade desta UGC foi mantida na totalidade do valor do ativo para o ano de 2024, no montante de R\$ 5.254.

(iii) Estações de Tratamento de Água e Esgoto

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2024 onde apurou-se valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos.

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 6.131 (R\$ 7.275 em 31/12/2023) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizado pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo
Software - ERP	10%	8.202	(5.237)	2.965	7.776
Demais softwares	20%	21.306	(18.140)	3.166	20.928
Total		29.508	(23.377)	6.131	28.704

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2024
Software - ERP	3.356	-	-	(816)	425	2.965
Demais softwares	3.919	379	-	(1.132)	-	3.166
Total	7.275	379	-	(1.948)	425	6.131

Prática contábil:

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

14. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura	31/12/2024	31/12/2023
Riscos operacionais (1)	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores (2)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (3)	30.000	30.000
Automóveis (4)	2.119	2.119
Casco Marítimo Lancha Setenta (5)	312	312
Casco Marítimo Lancha Spadarte (5)	3.445	3.445
Drones (6)	3.454	3.313

(1) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2024 a 01/05/2025. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(2) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2024 a 31/12/2025.

(3) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815 de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2024 a 01/05/2025.

(4) Automóveis

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2024 a 03/06/2025.

(5) Casco Marítimo.

A Companhia possui apólices de seguro de casco marítimo das Lanchas de Patrulhamento, com vigência da lancha Setenta sendo de 01/03/2024 a 01/03/2025 e a lancha Spadarte de 16/01/2025 a 16/01/2026.

(6) Drones

A Companhia possui apólice de seguro de drones, casco e responsabilidade civil, com vigência de 16/01/2025 a 16/01/2026.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato do trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, provisão de férias e 13º salário, participação nos lucros e outros benefícios.

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	102.080	84.057
Benefícios pós emprego	576.535	789.445
Total	678.615	873.502
Circulante	148.128	127.651
Não Circulante	530.487	745.851



15.1. Benefícios de curto prazo

São os benefícios com a perspectiva de serem liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, encargos e outras provisões	20.125	18.438
Provisão de Férias	30.357	27.474
Participação nos lucros - PLR	50.146	36.775
Programa de remuneração variável da Diretoria – RVA	1.452	1.370
Total	102.080	84.057
Circulante	101.464	84.057
Não Circulante ⁽¹⁾	616	-
⁽¹⁾ Refere-se ao saldo do diferimento por 3 anos de 40% da parcela do RVA da Diretoria.		

15.1.1. Remuneração variável de administradores

O objetivo do programa de RVA é vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas.

O limite máximo de pagamento a cada diretor é fixado em 4 honorários, mais até 50%, ou seja, até 2 (dois) honorários, a título de bônus em caso de extrapolação de metas, conforme tabela de gradação e pré-requisitos definidos no Programa Regras Gerais.

O efetivo pagamento da RVA fica condicionado à existência de lucro e a efetiva distribuição aos empregados da participação nos lucros ou resultados – PLR relativo ao ano base.

O montante a ser utilizado para o pagamento da RVA fica limitado à remuneração anual dos administradores, ou 10% do lucro líquido do ano-base, prevalecendo o que for menor.

No resultado foi reconhecido a importância de R\$ 778 (R\$ 877 em 2023) como remuneração variável dos administradores, relativa aos resultados obtidos em 2024 combinado com o alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST.

15.1.2. Participação nos lucros ou resultados - PLR

As regras do PLR, submetidas à aprovação pela Secretaria e Governança das Empresas Estatais -SEST, abrange todos os empregados, com previsão de limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. A participação nos lucros depende de alguns requisitos:

- a) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária;
b) apuração de lucro líquido no exercício;
c) atingimento de percentual mínimo de 80%, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores;

A distribuição do montante máximo da PLR está limitada a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, o valor que for menor.

A Companhia reconheceu no resultado a participação nos lucros dos empregados no montante de R\$ 50.146 (R\$ 36.774 em 2023).

Prática contábil:

a) Benefícios de curto prazo

a.1) Salários, férias e encargos trabalhistas

Os pagamentos de benefícios como salários ou férias, bem como, os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

a.2) Programa de participação nos lucros e resultados

As provisões dos programas de remuneração variável (RVA e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que os serviços são prestados. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada.

b) Benefícios de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém planos de aposentadoria para seus funcionários. Para o plano de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculado a este plano.

Para o plano de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade e possui algum risco, são obtidos trimestralmente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas contribuições.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para proceder a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela empresa, fornecem suporte às contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela empresa.

15.2. Benefícios pós emprego

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2024	Plano de Pensão Nota 15.2.1	Plano de Saúde Nota 15.3	Complementação Aposentadoria Nota 15.3	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	727.820	13.942	47.683	789.445
Reconhecido no resultado	60.809	1.297	(4.602)	57.504
Custo do serviço corrente (patronal)	81	61	-	142
Custo serv. passado redução/alteração plano	-	-	(8.500)	(8.500)
Custo dos juros líquidos	60.728	1.236	3.898	65.862
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	(180.689)	(2.479)	5.893	(177.275)
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(180.689)	(2.479)	5.893	(177.275)
Efeito caixa	(85.416)	(486)	(7.237)	(93.139)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(10.155)	-	-	(10.155)
Contribuições extraordinárias patronais	(17.518)	-	-	(17.518)
Termo de compromisso financeiro – TCF	(57.743)	-	-	(57.743)
Contribuição plano de saúde	-	(486)	-	(486)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.237)	(7.237)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	522.524	12.274	41.737	576.535
Circulante	46.664	-	-	46.664
Não Circulante	475.860	12.274	41.737	529.871
VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2023	Plano de Pensão Nota 15.2.1	Plano de Saúde Nota 15.3	Complementação Aposentadoria Nota 15.3	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.045	48.178	759.105
Reconhecido no resultado	64.945	1.354	4.139	70.438
Custo do serviço corrente (patronal)	(32)	52	-	20
Custo dos juros líquidos	64.977	1.302	4.139	70.418
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	48.782	290	3.837	52.909
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	48.782	290	3.837	52.909
Efeito caixa	(83.789)	(747)	(8.471)	(93.007)
Pagamentos:	-			
Contribuições paridade ativos e assistidos	(10.270)	-	-	(10.270)
Contribuições extraordinárias patronais	(17.925)	-	-	(17.925)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(55.594)	-	-	(55.594)
Contribuição plano de saúde	-	(747)	-	(747)
Complementação de aposentadoria	-	-	(8.471)	(8.471)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	727.820	13.942	47.683	789.445
Circulante	43.594	-	-	43.594
Não Circulante	684.226	13.942	47.683	745.851

15.2.1. Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Portus administra plano de benefício, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, fechado para adesões desde 2011 e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), para a parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS).

Segue abaixo os relatórios da consultoria atuarial, com a base de dados e premissas utilizadas:

Premissas adotadas	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto (nominal)	11,520%	9,047%
Retorno esperado dos ativos do plano	11,520%	9,047%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,500%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,500%

Base de Dados	31/12/2024	31/12/2023
Participantes ativos (passivo principal)	130	134
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.814	3.875
- Aposentados	2.149	2.222
- Pensionistas	1.665	1.653
Número total de participantes	3.944	4.009
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	4,90	7,41

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	107.489	829.791
Custo do serviço corrente (parte patronal)	81	-
Custo dos juros	10.159	71.643
Contribuições de participantes do plano	204	-
Benefícios pagos	-	(138.539)
(Ganho)/perda atuarial	(9.852)	(129.266)
- (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	(18.716)	(92.504)
- (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	8.864	(61.823)
Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	12.250
Obrigação de Benefício Definido no final do período	108.081	633.629

Passivo Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Passivo líquido no início do período	727.819	697.883
Custo no período	60.810	64.945
(Ganhos) e Perdas atuariais no período	(180.689)	48.782
Contribuições do empregador para o plano	(85.416)	(83.791)
Passivo Líquido no final do período	522.524	727.819
Passivo líquido adicional reconhecido	36.437	230.125
Plano de Pensão - TCF 2020 - Nota 15.2.2	486.087	497.694

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/12/2024		31/12/2023	
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	1	0,000%	-	0,000%
Realizável (Previdencial e Administrativa)	552.539	64,880%	561.340	66,182%
Títulos Públicos	101.398	11,906%	50.038	5,899%
Ações	41.108	4,827%	46.913	5,531%
Fundos de Investimentos	91.806	10,780%	76.608	9,032%
Investimentos Imobiliários	63.188	7,420%	57.025	6,723%
Precatórios – FND	-	0,000%	54.676	6,446%
Outros – Depósitos Judiciários	1.590	0,187%	1.576	0,186%
Total Ativo	851.630	100,00%	848.176	100,000%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	(83)
(-) Contribuições Contratadas	(486.759)		-	(497.696)
(-) Exigível Operacional	(15.729)		-	(16.301)
(-) Exigível Contingencial	(23.723)		-	(23.628)
(-) Fundo Previdencial	(66.060)		-	(63.034)
(-) Fundo administrativo	(42.072)		-	(38.169)
Valor Justo dos Ativos Inicial	217.287		209.265	
Rentabilidade projetada para o período	1.983		-	1.571
Saldo Previdencial do período	-		-	(1.375)
Valor Justo dos Ativos final	219.270		209.461	

Outras Premissas Atuariais	31/12/2024	31/12/2023
Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Gr.Americana desagrav. 20%	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada 20%	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,50%	-0,50%

Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(729.416)	(754.953)	(725.043)	(759.432)
Valor justo dos ativos do plano	219.270	219.270	219.270	219.270
(Passivo) / Ativo líquido inicial	948.686	974.223	944.313	978.702
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,67%	1,77%	-2,26%	2,38%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,37%	2,52%	-3,21%	3,38%

15.2.2. Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do plano PBP1, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

O Termo de Compromisso Financeiro, datado de 16/06/2020, tem previsão de pagamento de parcela inicial de 20% do saldo devedor e o saldo remanescente a ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado a movimentação do saldo do Termo de Compromisso Financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial TCF	497.695	510.936
(-) Pagamentos	(57.743)	(55.594)
(+) Juros e atualização monetária	46.135	42.353
Saldo devedor remanescente	486.087	497.695
Circulante	46.664	43.594
Não circulante	439.423	454.101

Prática contábil: Registrado o valor conforme passivo pactuado e após mensurado ao custo amortizado.



15.3. Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

Benefícios pós emprego	31/12/2024	31/12/2023
Plano de Assistência à Saúde ⁽¹⁾	12.274	13.942
Complementação de aposentadoria ⁽²⁾	41.737	47.683
Total	54.011	61.625

(1) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Apesar do ex-empregado, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Item	31/12/2024	31/12/2023
Duration dos benefícios (anos)	11,20	8,61
NTN-B (vencimento)	2060	2035
Taxa indicativa da NTN-B	7,4600%	5,3428%
Taxa real anual de juros (desconto a valor presente)	7,4600%	5,3428%
Inflação anual futura estimada	3,5000%	3,5000%
Taxa nominal anual de juros	11,2200%	9,0298%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,2800%
Aging Factor	3,08% a.a.	3,0800%
Rotatividade anual	2,55%	2,5500%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,34%	30,3400%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,35%	65,3500%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss-desagrav.20%	Winklevoss
Composição Familiar	Família Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Reconciliação do Passivo Reconhecido

Item	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	13.942	13.045
Despesas/(Receitas) reconhecidas no fim do período	1.282	336
(Ganhos)/Perdas reconhecido no ORA	(2.464)	1.302
Contribuições do empregador	(486)	(741)
Passivo no fim do período	12.274	13.942

(2) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentar, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (a) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (b) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente 161 ex-empregados usufruem o benefício não extensivo aos dependentes. Não há funcionários na ativa que preencham os requisitos de direito ao benefício.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/12/2024	31/12/2023
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	47.683	48.178
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	3.899	4.139
4. Benefícios pagos	(7.238)	(8.470)
5. (Ganho) perda atuarial - Resultados Abrangentes	5.893	3.836
5.1 (Ganho) perda atuarial - mudança de premissas	(4.374)	1.824
5.2 (Ganho) perda atuarial - ajuste de experiência	10.267	2.012
6. Custo do serviço na alteração ou redução do plano	(8.500)	-
7. Obrigação de benefício definido no final do exercício	41.737	47.683

Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-funcionários aposentados, admitidos até 04/06/1965, pela Companhia Docas de Santos – CDS (atual APS).

O acordo foi homologado perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC do TRT2, e a importância de cada um dos 59 ex-funcionários que aderiram foram pagas em 26/02/2024.

16. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores Nacionais	33.522	28.838
Fornecedores – Provisão	1.349	846
Total	34.871	29.684

Prática contábil:

Contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição financiamento seguridade social – COFINS	15.795	10.083
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.016	7.232
Programa de integração social – PIS	3.376	2.135
Imposto sobre serviços – ISS	1.897	2.001
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.369	1.143
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	254	259
Retenção para seguridade social – INSS	787	690
Total	31.494	23.543

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIO

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

a) **Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) **Sítio de Retro área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição do saldo está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2023	Correção	Pagamentos	31/12/2024
Brasil Terminal Portuário				
Contrato: 24/2001	73.966	2.663	(24.246)	52.383
Correção: IPCA				
Total	73.966			52.383
Circulante	23.989			25.144
Não Circulante	49.977			27.239

Prática contábil: Registro contábil da obra com a contrapartida em Ativo Imobilizado pelo valor comprovado pelo arrendatário, limitado ao valor previsto contratualmente, e mensurado ao custo amortizado.

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como, que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, para compor a provisão, os principais valores são decorrentes de:

a) ações individuais e/ou coletivas de revisão da metodologia de cálculo do benefício pós emprego referente a complementação de aposentadoria; b) intervalo inter ou intrajornada; c) adicional de risco; d) diferença no cálculo e/ou indenização pela supressão das horas extras; e) alteração de divisor de horas extraordinárias e adicional noturno.

b) Provisão cível

Refere-se basicamente a pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços. O quadro abaixo, demonstra a movimentação no período:

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	220.506	295.485	515.991
(+) Adições	98.947	168.709	267.656
(-) Reversões e baixas	(130.490)	(261.381)	(391.871)
Saldo em 31/12/2023	188.963	202.813	391.776
(+) Adições	100.692	58.020	158.712
(-) Reversões e baixas	(124.517)	(91.609)	(216.126)
Saldo em 31/12/2024	165.138	169.224	334.362
Circulante	46.516	85.441	131.957
Não Circulante	118.622	83.783	202.405

19.2 Processos judiciais não provisionados.

A Companhia divulga a contingência em circunstâncias em que a administração conclui que nenhuma perda é provável ou pode ser razoavelmente estimada, mas é razoavelmente possível que uma perda seja incorrida.

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Processos Trabalhistas	134.907	128.859
Processos Cíveis ⁽¹⁾	4.673.657	856.131
Total	4.808.564	984.990

(1) Com relação as contingências cíveis, classificadas como perda possível pelo Departamento Jurídico, no montante de R\$ 4.673.657 (R\$ 856.131 em 31/12/2023), destacamos os mais relevantes, que representam 98,46% do total (84,28 % em 31/12/2023)

Reclamante	Foro	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio Draga Brasil ⁽¹⁾	Seção Judiciária- DF	404.613	351.323
Ministério Público Federal ⁽²⁾	Santos	213.071	185.008
Instituto de Seguridade Social – PORTUS ⁽³⁾	Rio de Janeiro	3.984.116	185.175
Subtotal		4.601.800	721.506
Demais Processos		71.857	134.625
Total		4.673.657	856.131

(1) **Consórcio Draga Brasil** – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo Nº 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

(2) **Ministério Público Federal** - Ação civil pública proposta contra a Companhia e demais réus, em razão de supostos danos ao meio ambiente e população, decorrentes da exposição ao Sulfeto de Hidrogênio, proveniente da atividade de descarregamento de enxofre no Terminal Marítimo do Guarujá - TERMAG, em 01/06/2007. A Companhia entrou com embargos de declaração contra o Acórdão do TRF3, os quais ainda não foram julgados.

(3) **Instituto de Seguridade Social-PORTUS** O risco do processo foi reclassificado de remoto para possível e o valor econômico atualizado, tendo em vista a anulação da sentença extintiva da ação, com a determinação de reinício da instrução processual.

Prática contábil:

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é uma despesa do exercício.

Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e será revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é considerada certa.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

20. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA –TAC

	31/12/2024	31/12/2023
TAC – Ponta da Praia ⁽¹⁾	26.299	24.733
TAC – Valongo-Paquetá ⁽²⁾	47.498	50.356
Total	73.797	75.089
Circulante	22.756	-
Não Circulante	51.041	75.089

(1) **TAC - Proteção e Prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia** - Foi proposta pelo Ministério Público Federal a ação civil pública nº 0004665-36.2015.6104 contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com vistas a “evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos”.

Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e muito mais largo, o que resultou na modificação da hidrodinâmica local, gerando a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia da Ponta da Praia e causa sua rápida erosão.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

(2) **TAC – Recuperação e preservação da área Valongo-Paquetá** - Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, firmado entre as partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, a Companhia tem as seguintes obrigações:

- Adotar medidas emergenciais para manutenção da integridade dos bens de interesse cultural e desaceleração do processo de arruinamento por exposição a intempéries, referente a estabilização estrutural dos Armazéns 1, 2, 3 e 4;
- Providenciar as várias intervenções previstas na área entre o Armazém 1 e 12A;
- Adotar as medidas compensatórias: a) destinação do Armazém 4 para uso cultural, gastronômico, turístico e atividades afins, sob gestão da Prefeitura Municipal de Santos; b) construção e destinação à Prefeitura de Santos, para sua futura gestão, de praça pública entre as Casas de Pedra I e II; c) destinação da Casa de Pedra II e do Armazém 7 para uso tecnológico, educacional, pesquisa e atividades afins, sob gestão da Companhia.



21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de Tarifa Portuária ⁽¹⁾	13.281	16.600
Cauções de garantias ⁽²⁾	10.884	10.919
Reequilíbrio Financeiro Contratual ⁽³⁾	-	14.634
Diversos	1.284	1.351
Total	25.449	43.504

⁽¹⁾ O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.
⁽²⁾ Para garantia das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.
⁽³⁾ Refere-se ao Contrato DP/51.2014, cujo objeto foi a execução das obras de recuperação e reforço estrutural para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 23.

22. RECEITA DIFERIDA

No período findo em 31/12/2024 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 62.919 (R\$ 62.919 em 31/12/2023), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2023	Apropriações	Saldo em 31/12/2024
Petróleo Brasileiro S/A	300	269	522.894	(22.331)	500.563
Brasil Terminal Portuário ⁽¹⁾	240	240	355.212	-	355.212
Bracell SP Celulose	300	254	226.100	(10.200)	215.900
Eldorado Brasil S/A	300	253	220.833	(10.000)	210.833
Cargill Agrícola S/A	300	120	120.749	(10.977)	109.772
Term. Veículos de Santos	300	120	96.265	(8.751)	87.514
Cofco International	300	272	9.467	(400)	9.067
Bradesco S/A	60	16	607	(260)	347
Total			1.552.127	(62.919)	1.489.208
Circulante			62.918		62.919
Circulante			1.489.209		1.426.289

⁽¹⁾ Em 15/12/2023 foi celebrado entre a Companhia e a Brasil Terminal Portuário o oitavo termo aditivo ao contrato DP/24.2001, que trata da prorrogação antecipada do contrato de arrendamento por 20 (vinte) anos contados de 22/01/2027 a 21/01/2047.

Prática contábil:

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas ofertadas no leilão e são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento.

23. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros e respectiva classificação estão abaixo:

Ativos Financeiros	Nota	Custo amortizado	
		31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.334.438	2.250.895
Contas a receber	6	65.532	81.457
Direitos contratuais de arrendamento - Outorgas	7	177.172	546.462
Total circulante		3.577.142	2.878.814
Não circulante			
Direitos contratuais de arrendamento - Outorgas	7	329.255	573.239
Depósitos judiciais	10	157.962	130.664
Total não circulante		487.217	703.903
Total dos ativos financeiros		4.064.359	3.582.717

Passivos financeiros			
Circulante			
Fornecedores	16	34.871	29.684
Passivo com fundo de pensão – TCF	15.2.2	46.664	43.594
Passivo contratual de arrendamento	18	25.144	23.989
Total circulante		106.679	97.267
Não circulante			
Passivo com fundo de pensão – TCF	15.2.2	439.423	454.101
Passivo contratual de arrendamento	18	27.239	49.977
Total não circulante		466.662	504.078
Total dos passivos financeiros		573.341	601.345

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O Capital Social de R\$ 1.207.276 (R\$ 1.207.276 em 31/12/2023) está representado por 847.668.310.702 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como acionistas a União Federal com 847.668.309.352 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.350 ações (0,00000016%).

24.2. Reserva Legal

O saldo da Reserva Legal é de R\$ 118.325 (R\$ 76.097 em 2023) e foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, e limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

24.3 – Dividendos e/ou juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios, conforme demonstrado abaixo.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	844.569	650.671
Reserva legal (5%)	(42.228)	(32.534)
Lucro líquido ajustado	802.341	618.137
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	200.586	154.534
- Juros sobre capital próprio	147.114	101.745
- Dividendos complementares	53.472	52.789

24.4. Reserva de retenção de lucros

A empresa a partir do ano calendário de 2022 limitou a distribuição de dividendos ao mínimo previsto no Estatuto Social e o excedente foi destinado à reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, cujo orçamento de capital para o período de 2025 a 2030 está estimado no montante de R\$ 4.256.697 e contempla o valor de R\$ 3.000.000 para a construção da obra do túnel imerso para ligação seca Santos-Guarujá, esse valor representa 50% do valor estimado da obra, sendo os outros 50% de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. O saldo da reserva em 31/12/2024 totaliza R\$ 1.088.951 (R\$ 853.541 em 31/12/2023). Em razão do excesso de reserva de lucros em relação ao capital social a empresa está encaminhando proposta de distribuição adicional de dividendos.

24.5. Reserva de dividendos adicionais propostos

Para que as reservas de lucros não excedam o montante do capital social, a Administração submeterá à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição adicional de dividendos aos mínimos obrigatórios ou a capitalização do valor para manter as disponibilidades financeiras em conformidade com os investimentos previstos no orçamento de capital que contempla a obra de construção do túnel imerso para a ligação seca Santos-Guarujá.

24.6. Outros resultados abrangentes

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefícios pós emprego resultantes de ajustes de experiência e os efeitos de novas premissas atuariais com revisão trimestral efetuada por empresa de consultoria atuarial. A composição do saldo, segue abaixo:

Demonstração do saldo por natureza dos benefícios	31/12/2024	31/12/ 2023
Saldo inicial	108.810	161.688
Ganho (perda) atuarial - plano de pensão benefício definido	180.689	(48.783)
Ganho (perda) atuarial - plano de saúde	2.479	(290)
Ganho (perda) atuarial - complementação de aposentadorias	(5.893)	(3.805)
Saldo final	286.085	108.810

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	844.569	650.671
Número de ações (em milhares) - média ponderada	847.668.310	769.135.958
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	1,00	0,85

26. RECEITA LÍQUIDA

Receitas tarifárias	31/12/2024	31/12/2023
- Utilização da infraestrutura portuária	562.441	572.401
- Utilização da infraestrutura terrestre	214.076	214.517
- Acostagem	94.254	92.911
- Fornecimento de energia	23.260	35.038
- Outras receitas	21.956	26.111
Total Receitas Tarifárias	915.987	940.978
Receitas de arrendamento (Nota 26.3)	948.736	832.158
Receita Bruta	1.864.723	1.773.136
- Imposto sobre serviços – ISS	(43.876)	(44.680)
- Imposto circulação de mercadorias -ICMS	(4.187)	(6.307)
- Programa de integração social – PIS	(30.699)	(29.153)
- Contribuição de financiamento seg. social - COFINS	(141.401)	(134.279)
Receita Líquida	1.644.560	1.558.717

26.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário: Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente;
- Utilização da Infraestrutura terrestre: Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais);
- Acostagem: Remunera a utilização da infraestrutura de cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;
- Serviços Gerais: A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioaga e de outros serviços complementares.

26.2. Tributos sobre as receitas:

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços à alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

26.3 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site <https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/>.

Os principais contratos são:

ARRENDATARIO	31/12/2024	31/12/2023
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras	151.361	136.354
Santos Brasil Participações S/A	102.701	107.356
Brasil Terminal Portuário S/A	85.532	21.449
TEC - Terminal Export. Cofco Ltda	63.485	54.553
TES - Terminal Export. de Santos S/A	62.242	62.964
TEG - Terminal Exportador do Guarujá	52.157	55.432
Cli Sul S/A	41.045	24.763
ADM do Brasil Ltda	28.082	25.237
Hidrovias do Brasil Administração Portuária	26.679	24.136
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	23.715	22.934
Concais S/A	22.823	20.949
Ecoporto Santos S/A	20.728	21.303
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	20.158	22.576
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	18.666	17.857
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	18.090	18.169
Bunge Alimentos S/A	15.179	12.106
Fibra Term. de Celulose de Santos S/A	12.372	12.104
Vopak Brasil S/A (Alemoa)	11.542	9.561
Localfrio S/A Armazéns Gerais	11.263	10.821
Ultracargo Logística S.A.	9.372	10.225
Subtotal	797.192	690.849
Demais contratos	88.885	78.650
Apropriação da receita diferida	62.659	62.659
Receita de arrendamentos - Nota 26	948.736	832.158

Prática Contábil:

As receitas são reconhecidas quando o controle do bem ou serviço é transferido ao cliente e neste momento, a companhia satisfaz à obrigação de performance. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.



A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços têm como base a tabela tarifária e dos preços declarados nos contratos dos arrendamentos com clientes.

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	135.388	123.537
Encargos sociais	41.432	38.319
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	192.976	154.904
Depreciação e amortização	51.351	50.386
Aluguéis	8.760	9.296
Utilidades, serviços e materiais	8.020	8.657
Total	437.927	385.099

⁽¹⁾ O custo do serviço de dragagem apropriado foi R\$ 86.452 (R\$ 53.897 em 2023).

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	69.514	62.558
Encargos sociais	20.332	18.118
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	10.801	(10.144)
Aluguéis	1.504	1.307
Utilidades e serviços e materiais	16.049	11.586
Impostos, taxas e contribuições	1.184	693
Demandas judiciais	101.444	231.030
Órgãos Colegiados	5.716	4.488
Outras	5.787	3.917
Total	232.331	323.553

⁽¹⁾ Estorno de provisão em 2023 no montante de R\$ 20.000, correspondente a contingência para dispêndios com honorários por êxito de escritório de advocacia em demanda judicial, que estava na esfera estadual, cuja perícia que foi base de cálculo foi anulada pelo juízo. A demanda judicial foi transferida para a esfera federal, com designação de nova perícia a ser realizada, desta forma não havendo parâmetro que possibilite o cálculo de eventual valor de êxito.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Doações ⁽¹⁾	-	70.919
Reversibilidade Bens - Contrato Arrendamento ⁽²⁾	125.333	-
Venda de Materiais - Sucatas e Outros	-	1.233
Indenizações e recuperações de créditos ⁽³⁾	4.896	957
Cessão do direito operacional	260	260
Outras	2.424	1.713
Total	132.913	75.082

⁽¹⁾ Doações recebidas da PORTOFER, de obras de engenharia, conforme abaixo:

a. Termo de Doação 001/2021 - Obras de Infraestrutura, construção de passarela; e

b. Termo de Cooperação 001/2020 - Execução da obra de infraestrutura ferroviária consistente no Adensamento da região do Macuco.

⁽²⁾ Reversibilidade de Bens – Contrato de Arrendamento – Com o término do contrato DP/56.2002, celebrado com a empresa Terminal 12A, os bens e equipamentos foram avaliados a preço de mercado e passaram a integrar o ativo imobilizado da APS em razão da reversão de bens prevista no contrato.

⁽³⁾ Incluso o valor de R\$ 4.065 correspondente a recuperação de valor do processo judicial 0016580-45.1998.8.26.0562.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023
Termo de ajustamento e conduta – TAC ⁽¹⁾	4.453	51.993
Desapropriação – Parque da Montanha ⁽²⁾	10.590	-
Perda(ganho) atuarial benefício pós emprego ⁽³⁾	17.967	27.930
Provisão reequilíbrio financeiro contratual ⁽⁴⁾	-	14.634
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	4.932	6.251
PIS/COFINS sobre outras receitas	12.078	6.787
Constituição (reversão) valor recuperável de ativos	-	180
Outras	1.150	269
Total	51.170	108.044

⁽¹⁾ Vide Nota explicativa nº 20;

⁽²⁾ Refere-se ao pagamento da primeira parcela correspondente ao Convênio nº 03/2021 celebrado entre a empresa e a Prefeitura de Guarujá, visando realocar as famílias residentes na área denominada “Complexo da Prainha”, situada dentre do Porto Organizado, para o empreendimento “Parque da Montanha”, que consiste na construção de 649 unidades habitacionais.

⁽³⁾ Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização da variação nos cálculos atuariais conforme notas explicativas nº 15.2.1 e 15.3, respectivamente.

⁽⁴⁾ Vide Nota explicativa 21.

31. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	261.703	266.958
Juros e variação monetária	38.750	40.935
Outras	10.111	8.219
Receitas Financeiras Totais	310.564	316.112
Despesas Financeiras		
Juros sobre TCF – Plano de pensão	(46.135)	(42.352)
Juros pagos ou incorridos	(5.258)	(26.949)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(14.442)	(14.699)
Variação monetária	(2.781)	(3.601)
Despesas Financeiras Totais	(68.616)	(87.601)
Resultado Financeiro líquido	241.948	228.511

Prática contábil: As políticas contábeis adotadas nos itens relevantes do resultado financeiro estão inseridas nas notas explicativas “5. Caixa e equivalentes de caixa”, “7. Direitos contratuais de arrendamentos - outorgas” e “15.2.2. Plano de pensão – termo de compromisso financeiro”.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisado anualmente.

32.1. Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

31/12/2024				
Detalhamento	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	165.138	41.284	14.862	56.146
Provisão Cível	108.192	27.048	9.737	36.785
Perdas crédito de liquidação duvidosa	25.475	6.369	2.293	8.662
Provisão - Fornecedores	1.349	337	121	458
Impairment – Imobilizado	5.254	1.314	473	1.787
Termo de ajustamento de conduta	73.798	18.450	6.642	25.092
Total Geral		94.802	34.128	128.930

31/12/2023				
Detalhamento	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	188.964	47.241	17.007	64.248
Provisão Cível	153.892	38.473	13.850	52.323
Perdas crédito de liquidação duvidosa	20.547	5.137	1.849	6.986
Provisão Fornecedores	764	191	69	260
Impairment – Imobilizado	6.260	1.565	563	2.128
Termo de ajustamento de conduta	75.089	18.772	6.759	25.531
Prejuízo Fiscal IRPJ	51.266	12.817	-	12.817
Base Negativa CSLL	46.512	-	4.186	4.186
Total Geral		124.196	44.283	168.479

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

Ano	R\$
2.025	53.707
2.026	46.170
2.027	17.144
2.028	7.082
2.029	4.827
Total	128.930

32.2. Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.247.069	1.007.963
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)	(424.003)	(342.707)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base 2024	
Incentivo fiscal juros sobre capital próprio	147.222	50.056
Lucro não tributado pelo adicional	240	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(64.103)	(21.795)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(1.823)	(164)
Desapropriação – Convênio Prefeitura Guarujá	(10.589)	(3.601)
Outras (adições) e exclusões permanentes	(8.873)	(3.017)
Total dos Ajustes	21.503	(14.585)
TOTAL	(402.500)	(357.292)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(362.951)	(217.262)
Imposto de Renda Corrente	(266.434)	(159.677)
Contribuição Social Corrente	(96.517)	(57.585)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(39.549)	(140.030)
Imposto de Renda Diferido	(29.395)	(102.934)
Contribuição Social Diferido	(10.154)	(37.096)
TOTAL	(402.500)	(357.292)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	32,28%	35,45%

Prática contábil:

A companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, em função de que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento do crédito fiscal diferido ativo é calculado sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2024) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

	em reais
ADMINISTRADORES	
- Maior remuneração	57.474,26
- Menor remuneração	41.811,47
- Remuneração média	47.121,81
EMPREGADOS	
- Maior remuneração	53.400,44
- Menor remuneração	2.670,24
- Remuneração média	20.075,92
- Valor médio global dos benefícios	2.463,18

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

Número de empregados	
Em 31/12/2023	809
(+) Admissões	22
(-) Desligamentos	25
Em 31/12/2024	806



33.1. Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e são apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e benefícios	372	159	71	3.147	3.751
Encargos sociais	74	32	14	1.165	1.284
Remuneração variável	-	-	-	778	778
Previdência complementar	-	-	4	135	138
Remuneração total	446	191	89	5.225	5.951
Remuneração média mensal ⁽¹⁾	4,42	4,42	4,42	65,42	
Número médio de membros	7	3	3	5	

⁽¹⁾ A remuneração média mensal considera as verbas de salários e benefícios e a remuneração variável quando aplicável;

Dois membros integrantes do Comitê de Auditoria não recebem em razão de integrarem também o Conselho de Administração.

Exercício findo em 31/12/2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e benefícios	349	144	95	2.610	3.198
Encargos sociais	70	29	19	847	965
Remuneração variável	-	-	-	877	877
Previdência complementar	-	-	4	168	172
Remuneração total	419	173	118	4.502	5.212
Remuneração média mensal ⁽¹⁾	4,14	3,97	3,92	58,12	
Número médio de membros	7	3	3	5	

⁽¹⁾ A remuneração média mensal considera as verbas de salários e benefícios e a remuneração variável quando aplicável;

Um membro integrante do Comitê de Auditoria não recebe remuneração por integrar também o Conselho de Administração.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Nota Técnica SEI nº 238/2025/MGI, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) aprovou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV a ser implementado pela empresa no período de janeiro a dezembro de 2025.

O custo máximo do programa é de R\$ 80.501, para um público elegível de 220 colaboradores, tendo como público-alvo 70% do público elegível e payback previsto em 13 meses. A implantação do PIDV-2025 está alinhada ao Plano Estratégico Institucional da APS 2023-2027.

ANDERSON POMINI
Diretor Presidente

JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA
Diretor de Administração e Finanças

GUSTAVO SALVADOR PEREIRA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES
Diretor de Operações

PAULO PINTO FILHO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 177.932/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – APS
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (“APS” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Convênio de Descentralização

Conforme a Nota Explicativa nº 1 “a”, a UNIÃO, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, e a APS, tendo em vista o disposto no art. 12, alínea “f”, da Portaria MPOR nº 567, de 26 de novembro de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 50020.008663/2024-98, celebraram o Convênio de Descentralização nº 002/2024, tendo como objeto a descentralização da administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí para a APS. A APS exercerá a administração e exploração do Porto de Itajaí e as funções de autoridade portuária, conforme descrito no art. 17 da Lei nº 12.815, de 2013. O Convênio de Descentralização terá vigência de um ano, contado a partir de 2 de janeiro de 2025, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nova Tabela Tarifária

Conforme a Nota Explicativa nº 1 “b”, a nova estrutura tarifária entrou em vigor em 1º de abril de 2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20 de abril de 2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade de classe que obteve liminar judicial suspendendo a cobrança da nova tabela. Nesse contexto, a Companhia acionou o Judiciário e obteve liminar, concedida pela 1ª Vara Federal de Santos, determinando que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados referentes à Tabela I da nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. O montante dos depósitos judiciais em 31/12/2024 é de R\$ 349.813 mil. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Contratos de arrendamento – Reequilíbrios Econômico-financeiro

Conforme Nota Explicativa nº 1 “c”, a Companhia tomou conhecimento dos acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de reequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, e se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise conforme detalhado a seguir: • T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES/31.98 – Acórdão 625-2022; • ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES/41.97 – Acórdão 651-2022; Em relação ao Acórdão 301-2022/ANTAQ referente ao contrato de arrendamento PRES/28.98 celebrado com Ecoporto Santos S.A. o mesmo foi encerrado em 12/06/2023, com a evolução dos fatos discriminados a seguir: Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferido de ofício, medida cautelar para a suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária Ecoporto Santos S.A., e as Portarias DIPRE 209.2023, de 1º/12/2023 e 084.2024, de 05/06/2024, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogaram por 180 dias a medida cautelar. Em 02/12/2024, foi celebrado com a Ecoporto o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2024, com prazo de até 180 dias, ou quando se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 34, a qual menciona que, conforme Nota Técnica SEI nº 238/2025/MGI, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) aprovou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV a ser implementado pela empresa no período de janeiro a dezembro de 2025. O custo máximo do programa é de R\$ 80.501 mil, para um público elegível de 220 colaboradores, tendo como público-alvo 70% do público elegível e *payback* previsto em 13 meses. A implantação do PIDV-2025 está alinhada ao Plano Estratégico Institucional da APS 2023-2027. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de Pensão e Benefício

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.2, a Companhia tem um Passivo Atuarial no Plano de Pensão no montante de R\$ 576.535 mil em 2024 (R\$ 789.445 mil em 2023), que contempla o saldo devedor remanescente a pagar referente ao Termo de Compromisso Financeiro do Plano PBP1 no montante de R\$ 486.087 mil em 2024 (R\$ 497.695 mil em 2023).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia; por meio do auxílio de nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuariado da Companhia; efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora; e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano vêm respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas, a adequação das divulgações e a amortização do parcelamento. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com os dados e informações obtidos.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de Impairment

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.1, cujo resultado apresentou perda por desvalorização do valor recuperável do ativo no montante de R\$ 5.254 mil em 2024 (R\$ 6.260 mil em 2023).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) premissas e dados de mercado; e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e à compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32.1 e nº 32.2, o valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 128.930 mil (R\$ 168.479 mil em 2023).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, a identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, a avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e os registros contábeis realizados. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a recuperabilidade do Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamento firmados pela Companhia envolvem recebimento de pagamentos antecipados, os quais são reconhecidos como Receitas Diferidas e apropriados ao resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de receitas diferidas é de R\$ 1.489.208 mil (R\$ 1.552.127 mil em 2023). Em 2024, foi reconhecido como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 62.919 mil (R\$ 62.919 mil em 2023).

Como o assunto foi tratado pela auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação dos procedimentos de apropriação das receitas diferidas ao longo do exercício, a análise dos novos contratos e os respectivos registros contábeis de acordo com a NBC TG 47, e a verificação dos recebimentos parciais dessas outorgas conforme os termos contratuais. Avaliamos também a divulgação da referida nota explicativa, referente ao prazo de apropriação. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, ao lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, devemos comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Companhia.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa sobre a concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 12 de fevereiro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável

PARECER CONFIS Nº 01.2025

O CONSELHO FISCAL da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. (APS), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela APS e apreciados pelo Comitê de Auditoria Estatutário, por meio de Manifestações COAUD nº 003.2025, datada de 18/02/2025 e Manifestação COAUD nº 007.2025, datada de 17/03/2025, bem como pelo Conselho de Administração, por meio das Deliberações Consad nº 012.2025, datada de 26/02/2025 e Deliberação Consad nº 026.2025, datada em 24/03/2025: i) Relatório Integrado do Exercício de 2024; ii) Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido sem ressalvas, pela Russell Bedford Brasil Auditores Independente S/S datado de 12/02/2025, o Conselho Fiscal manifesta-se favoravelmente a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da APS, os seguintes documentos: 1) Relatório Integrado, Balanço Patrimonial e demais demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2024. 2) Proposta de Destinação de Lucro Líquido 2024 conforme a seguir: a) Constituição de Reserva Legal; b) Distribuição de dividendos; c) Retenção de Lucros; e, 3) Orçamento de Capital Plurianual.

Santos, 24 de março de 2025

Maristela Gonçalves Leal Vasconcelos
PRESIDENTE

Gabriela Leopoldina abreu
CONSELHEIRA

Rebecca Caroline Fontoura da Silva Ferreira
CONSELHEIRA